



COINTER PDVL 2023

X CONGRESSO INTERNACIONAL DAS LICENCIATURAS

Edição Presencial Recife (PE) | 29, 30 de nov a 1 de dez

ISSN: 2358-9728 | PREFIXO DOI: 10.31692/2358-9728

ENSINO NO BRASIL COLÔNIA E NO IMPÉRIO: UMA ANÁLISE HISTÓRICA

LA EDUCACIÓN EN EL BRASIL COLONIA Y EL IMPERIO: UN ANÁLISIS HISTÓRICO

EDUCATION IN COLONY BRAZIL AND EMPIRE: A HISTORICAL ANALYSIS

Apresentação: Comunicação Oral

Laryssa Carvalho de Sousa¹; Raimundo Matheus Costa Oliveira²; Layla Camille Nunes Cunha³; João Pedro de Sousa Ribeiro Filho⁴; Jeane de Oliveira Moura⁵

DOI:<https://doi.org/10.31692/2358-9728.VICOINTERPDVL.0012>

RESUMO

Para o entendimento da situação atual do ensino no Brasil, é necessário o conhecimento de como ocorreu todo o seu desenvolvimento. Diante disso, o presente artigo tem como objetivo apresentar uma pesquisa bibliográfica sobre o desenvolvimento da educação do período colonial até o final do Império. Para isso, foram realizados levantamentos bibliográficos, síntese e construção da fundamentação teórica. Primeiramente, faz-se uma abordagem sobre a situação do ensino durante o período colonial. Posteriormente, trata-se sobre o ensino durante o primeiro reinado. Na sequência, comenta-se sobre o ensino durante o período regencial e, por fim, fala-se sobre o ensino durante o segundo reinado. Durante o percurso da leitura, concordamos que a organização escolar fundada pelos padres jesuítas no Brasil foi apropriada para o momento histórico vivenciado, levando-se em consideração os objetivos do projeto português, o projeto educacional jesuítico, a própria estrutura social brasileira da época e o modelo de homem necessário para a época colonial. Os problemas na educação vêm se perpetuando ao longo dos anos e todas as modificações observadas no sistema educacional tiveram como objetivo principal atender às necessidades do estado e estavam relacionadas ao momento histórico vivido no país. Devido à relevância desse tema, acha-se necessária a ocorrência de pesquisas mais aprofundadas sobre o assunto.

Palavras-Chave: Reformas educacionais, História da Educação, Escolas.

RESUMEN

Para comprender la situación actual de la enseñanza en Brasil, es necesario conocer cómo ocurrió todo su desarrollo. Por lo tanto, este artículo tiene como objetivo presentar una investigación bibliográfica

¹ Acadêmico em Licenciatura em Ciências Biológicas. Instituto Federal do Piauí (IFPI), Campus Teresina central, catce.20221111bio0137@aluno.ifpi.edu.br

² Acadêmico em Licenciatura em Ciências Biológicas. Instituto Federal do Piauí (IFPI), Campus Teresina central, catce.20221111bio0234@aluno.ifpi.edu.br

³ Acadêmica em Licenciatura em Ciências Biológicas. Instituto Federal do Piauí (IFPI), Campus Teresina central, catce.20221111bio0382@aluno.ifpi.edu.br

⁴ Professor Mestre, Instituto Federal do Piauí (IFPI), Campus Teresina Central. joão.sousa@ifpi.edu.br

⁵ Professora Doutora, Instituto Federal do Piauí (IFPI), Campus Teresina Central. jeaneprofessora@ifpi.edu.br

sobre el desarrollo de la educación desde el período colonial hasta el final del Imperio. Para ello se realizaron: levantamientos bibliográficos, síntesis y construcción de la fundamentación teórica. En primer lugar, se realiza una aproximación a la situación de la enseñanza durante la época colonial. Posteriormente, se trata de la enseñanza durante el primer reinado. A continuación, comentamos la enseñanza durante el período de regencia y, por último, hablamos de la enseñanza durante el segundo reinado. Durante el transcurso de la lectura, acordamos que la organización escolar fundada por los sacerdotes jesuitas en Brasil era apropiada para el momento histórico vivido, teniendo en cuenta: los objetivos del proyecto portugués; el proyecto educativo jesuita; la estructura social muy brasileña de la época; y el modelo de hombre necesario para la época colonial. Los problemas en la educación se han ido perpetuando a lo largo de los años y todos los cambios observados en el sistema educativo tuvieron como principal objetivo satisfacer las necesidades del estado y estuvieron relacionados con el momento histórico vivido en el país. Debido a la relevancia de este tema, es necesario realizar una investigación más profunda sobre el tema.

Palabras Clave: Reformas educativas, Historia de la Educación, Escuelas.

ABSTRACT

In order to understand the current situation of teaching in Brazil, it is necessary to know how all its development occurred. Therefore, this article aims to present a bibliographical research on the development of education from the colonial period until the end of the Empire. For this, the following were carried out: bibliographical surveys, synthesis and construction of the theoretical foundation. First, an approach is made to the situation of teaching during the colonial period. Subsequently, it deals with teaching during the first reign. Next, we comment on teaching during the regency period and, finally, talk about teaching during the second reign. During the course of reading, we agreed that the school organization founded by Jesuit priests in Brazil was appropriate for the historical moment experienced, taking into account: the objectives of the Portuguese project; the Jesuit educational project; the very Brazilian social structure of the time; and the model of man needed for the colonial era. Problems in education have been perpetuating over the years and all the changes observed in the educational system had as their main objective to meet the needs of the state and were related to the historical moment experienced in the country. Due to the relevance of this topic, it is necessary to carry out more in-depth research on the subject.

Keywords: educational reforms, History of Education, Schools.

INTRODUÇÃO

Para entender a situação atual do ensino no Brasil, é necessário conhecer como ocorreu todo o seu desenvolvimento, observando o contexto histórico do país. Pois, o hoje é resultado das escolhas de ontem, e essas escolhas se dão em um contexto que envolve interesses políticos e sociais.

Diante disso, o presente artigo está centrado na temática: Ensino no Brasil colônia e no Brasil império. Tendo como questão norteadora: Como se desenvolveu a educação brasileira no período do Brasil colônia até o fim do Império? E como objetivo geral: apresentar uma pesquisa bibliográfica sobre o desenvolvimento da educação no Brasil, desde o período colonial até o final do Império, observando aspectos históricos e políticos.



Para isso, este trabalho utilizou como metodologia a pesquisa bibliográfica, na qual são realizados levantamentos bibliográficos, síntese e construção da fundamentação teórica. Logo, trata-se de uma pesquisa de natureza básica, já que pretende ampliar o conhecimento teórico a respeito do tema apresentado.

É considerada também uma pesquisa descritiva, pois descreve uma realidade utilizando procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica narrativa, e qualitativa, pois se preocupa com o nível de realidade que não pode ser mensurado.

A revisão da literatura foi realizada por meio de pesquisas em artigos, livros e trabalhos acadêmicos publicados em revistas e/ou meios eletrônicos que abordassem a temática: O Ensino no Brasil colônia e no Império. Destaca-se que a única plataforma de pesquisa utilizada foi o Google Acadêmico. O único critério para inclusão de referências neste trabalho foi a relevância das informações oferecidas sobre o tema abordado.

Visando facilitar sua compreensão, este trabalho foi dividido em subtemáticas. Primeiramente, faz-se uma abordagem sobre a situação do ensino no Brasil durante o período colonial (1530 a 1822), destacando as mudanças ocorridas no ensino com a vinda da família real para o Brasil. Em seguida, discute-se o ensino no Brasil durante o primeiro reinado (1822 a 1831). Na sequência, comenta-se sobre o ensino no Brasil durante o período regencial (1831 a 1840) e, por fim, discorre-se sobre o ensino no Brasil durante o segundo reinado (1840 a 1889).

Ao término, nas considerações finais, destacam-se as percepções obtidas no decorrer da pesquisa e ressalta-se a importância da realização de novas pesquisas sobre o desenvolvimento do ensino no Brasil.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O ensino durante o período colonial (1530 a 1822)

Para possibilitar a defesa e o povoamento do Brasil, D. João III criou, em 1532, o regime de capitanias hereditárias, primeira divisão administrativa e territorial implantada no Brasil, e, em 1548, o Governo Geral, para apoiá-las. No ano seguinte, enviou os jesuítas com o objetivo de catequizar os indígenas, sendo que, em 1564 assumiu também a educação dos



descendentes dos colonizadores (FÁVERO, 2000).

Nesse período, havia muita carência de professores. O método de ensino utilizado pelos jesuítas era baseado na memorização, repetição e realização de provas periódicas. Os jesuítas dedicavam especial atenção ao preparo dos professores: selecionavam seus livros e exerciam controle sobre as questões trabalhadas por eles em sala de aula (MULER *et al.*, 2016).

Com a subida de D. José I ao trono português, em 1750, seu primeiro-ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, tomou medidas com o objetivo de fortalecer o poder real e estimular a indústria. Também foi responsável pela expulsão dos Jesuítas do Brasil em 1759 (FÁVERO, 2000).

Dentre os motivos da expulsão dos jesuítas do Brasil, apontam-se questões políticas e ideológicas. A Companhia de Jesus tornara-se um empecilho aos interesses do Estado Moderno, além do que, era detentora de grande poder econômico, almejado pela coroa portuguesa, e educacional. As transformações sociais advindas do movimento Iluminista e dos princípios liberais requerem a formação de um novo homem, o homem burguês, o comerciante, e não mais o homem cristão (SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2008).

Com a expulsão dos jesuítas do Brasil, surge aqui, verdadeiramente, um ensino público que substitui o que formava indivíduos para a fé pelo ensino laico financiado pelo e para o Estado. E, dentre as alterações observadas no ensino durante esse período, há modificações do ensino secundário, que, no modelo jesuítico, era na forma de curso em humanidade e passa a ser na forma de aulas avulsas, também chamadas de aulas régias (CAMARGOS, 2018).

Em relação ao ensino superior, até esse período, no Brasil, não havia universidades e os estudantes concluíam seus estudos pela universidade de Coimbra, em Portugal, situação essa justificada como forma de manter o vínculo e a dependência do Brasil em relação a Portugal (MULER *et al.*, 2016).

Com a chegada da corte portuguesa ao Brasil, em 22 de janeiro de 1808, ocorreram mudanças significativas no Brasil, entre elas a abertura dos portos às nações amigas, em 28 de janeiro de 1808, e a revogação do decreto que proibia o estabelecimento de indústrias na colônia (DE ASSIS FILHO, 2022).



Além disso, ocorreu a criação das primeiras escolas de ensino superior no Brasil (MULER *et al.*, 2016), dentre elas a primeira Faculdade de Medicina (DE ASSIS FILHO, 2022). Porém, não foram criados cursos jurídicos, continuando a dependência do Brasil em relação à Universidade de Coimbra no que se refere à formação de profissionais nessa área (MENDOÇA, 2000).

As transformações ocorridas devido à transferência da corte para o Brasil provocaram divergência de interesses entre o Brasil e Portugal. E, devido a pressões políticas, Dom João VI retornou a Portugal em 1821, deixando no Brasil seu filho Dom Pedro I como príncipe regente (SANTOS, 2010).

O ensino durante o primeiro reinado (1822 a 1831)

O agravamento das tensões entre Brasil e Portugal resultou na coroação de Dom Pedro I como imperador do Brasil em outubro de 1822 (SANTOS, 2010). E, em 3 de maio de 1823, instalou-se a Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, no Rio de Janeiro, encarregada de redigir a constituição do império. Porém, com o Golpe de Estado de 12 de novembro de 1823, anulou-se o projeto constitucional de 1823, perdendo-se importantes resoluções sobre a instrução pública (PERES, 2005), e, em 25 de março de 1824, foi aprovada a primeira Constituição brasileira.

Segundo Peres (2005), ainda que não claramente expressa, a ideia da educação como um direito do cidadão e como um dever do Estado saiu vitoriosa na letra da carta constitucional de 1824, ao postular que a instrução primária fosse gratuita para todos. A liberdade de ensino ou permissão para abrir escolas pela iniciativa privada também ficava implícita, sendo justificada pela falta de recursos públicos para investimento em educação e pela necessidade de facilitar a instrução aos brasileiros.

Devido a reclamações e denúncias sobre a falta de recursos e à precariedade do ensino nas diversas províncias do Império, ainda em 1826, a Comissão de Instrução Pública da Assembleia Legislativa cuidou da elaboração de um plano integral de ensino público, que abrangia todos os graus escolares (PERES, 2005).

No ano seguinte, em 11 de agosto de 1827, devido à falta de brasileiros com conhecimento jurídico, D. Pedro I sancionou e promulgou a lei que criava os cursos de



ciências jurídicas e sociais em São Paulo e em Olinda (MENDONÇA, 2000). Em 15 de outubro de 1827, foi decretada a Primeira Lei Geral de Ensino no Brasil, determinando que as escolas de “primeiras letras” deveriam ser ofertadas em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos e que deveriam existir, além de escolas para meninos, escolas para meninas (PERES, 2005; MULER *et al.*, 2016). Até então, a escola era privilégio dos homens. As meninas eram educadas em casa por suas mães, que as ensinavam a ler e escrever, as tarefas domésticas e a se comportarem de boas maneiras.

Nessas escolas, foi estabelecido que apenas professoras poderiam atuar em salas de aulas para meninas e professores para os meninos (MULER *et al.*, 2016). Foi determinado também que o cargo de professores fosse vitalício, ingressando no magistério através de concurso público. Em relação ao currículo oferecido por essas escolas, incluía: escrever, ler e contar (quatro operações, decimais e proporções), geometria prática, gramática da língua nacional, moral e doutrina da religião católica. Salienta-se que, nas escolas para meninas, quanto à aritmética, nada mais que quatro operações e, em vez de geometria, as prendas que servem à economia doméstica (PERES, 2005).

Assim, as turmas eram separadas conforme o nível de conhecimento, e não mais por idade (MULER *et al.*, 2016). O método de ensinar deveria ser o do ensino mútuo ou monitorial (PERES, 2005), em que a relação aluno-professor é mediada por alunos monitores. Esses alunos se encontram em um nível superior aos demais alunos e, por isso, são considerados capazes de ensinar (DE ARAÚJO, 2010).

Todas essas modificações no ensino do Brasil ocorreram em meio a crises políticas internas e externas. Essas crises levaram Dom Pedro I a abdicar em favor do seu filho Pedro II, encerrando-se, assim, o Primeiro Reinado no Brasil, que teve uma duração curta, apenas nove anos (SILVA, 2015).

O ensino durante o período regencial (1831 e 1840)

O período regencial foi implantado em 1831 após o imperador D. Pedro I ter abdicado do trono em favor de seu sucessor natural, D. Pedro II, que tinha apenas 5 anos. Esse período durou até 1840 com a coroação do príncipe regente (MORAIS, 2017).

Dentre as modificações que ocorreram em relação ao ensino no Brasil durante esse



período, destacam-se: a Lei de 11 de novembro de 1831, determinando a criação de cadeiras de ensino secundário na capital e nas vilas mais populosas das comarcas das províncias do Brasil. Posteriormente, o Ato Adicional à Constituição do Império, de 12 de Agosto de 1834, que criou os primeiros Liceus provinciais. Além disso, conferia às Assembleias Legislativas Provinciais o direito de legislar sobre a instrução pública, excluindo de sua competência os estabelecimentos criados por lei geral (PERES, 2005).

Em relação à formação de professores no Brasil, essa questão emerge de forma explícita após a independência, quando se cogita a organização da instrução popular (SCHEIBE, 2008; SAVIANI, 2009) sob responsabilidade das províncias, às quais cabia cuidar do ensino elementar (SCHEIBE, 2008). Em 1835, surge a primeira escola normal, em Niterói. Até então, um dos grandes problemas da educação era a existência de professores improvisados, sem formação adequada e mal remunerados (MULER *et al.*, 2016).

Para Silva (2015), o período regencial foi o mais conturbado da História do Brasil. Devido à instabilidade política que ameaçava constantemente o Império, iniciou-se uma campanha em prol da antecipação da maioridade de Dom Pedro II. Essa campanha foi apoiada pela elite imperial conservadora, que tinha interesse na manutenção do trabalho escravo e no grande latifúndio, precisando manter a monarquia para garantir os preceitos sociais vigentes e a economia.

O ensino durante o segundo reinado (1840 a 1889)

Os problemas pelos quais o Brasil estava passando só foram resolvidos com o golpe da maioridade, em 1840, que restabeleceu a ordem no país e esfriou os movimentos liberais. Assim, a elite brasileira utilizou a imagem de Dom Pedro II, mesmo adolescente, para manter o Estado brasileiro unitário, bem como os privilégios econômicos vigentes desde o período colonial: a grande propriedade e o trabalho escravo. Pois, com a produção do café em alta e objetivando lucro, os grandes proprietários rurais precisavam manter a mão de obra escrava (SILVA, 2015).

O Segundo Reinado iniciou-se com o fim do período regencial, em 23 de julho de 1840, quando foi declarada a maioridade de Dom Pedro II. Segundo Silva (2015), apesar de sofrer muitas pressões, ele governou o Brasil durante quase 50 anos, conseguindo manter os



conflitos internos sob controle e impor um período de relativa paz interna.

A partir de 1854, foram realizadas reformas pelo ministro Luiz Pedreira do Couto Ferraz, que criou a Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, órgão destinado a fiscalizar e orientar o ensino dos níveis primário e médio na cidade do Rio de Janeiro. Ele estabeleceu normas para o exercício da liberdade de ensinar. De acordo com o regulamento, a administração geral do ensino primário e secundário na corte seria regida por um inspetor Geral e o ensino particular deveria ter autorização deste para funcionar. Em relação ao ensino primário, este seria obrigatório, com matrículas entre 5 e 15 anos, é vedado aos escravos. A coeducação continuava proibida e, nas escolas para o sexo feminino, haveria ainda o ensino de bordados e de trabalhos de agulhas mais necessários. Couto também tentou ampliar a função dos estudos secundários, colocando-os na base de especializações técnicas (PERES, 2005).

Ressalta-se que, em 1874, foram criadas as primeiras escolas particulares e os colégios femininos protestantes. Estes apresentavam turmas pequenas e todo material de estudo utilizado era importado (MULER *et al.*, 2016).

Entre 1878 e 1879, foram realizadas reformas no ensino propostas pelo então Ministro Carlos Leôncio de Carvalho. Tais reformas modificaram o ensino primário e estabeleceram normas para o ensino secundário e superior em todo o país, dentre elas as relativas ao Decreto de 20 de abril de 1878: introdução da frequência livre e dos exames parcelados de preparatórios aos cursos superiores, além da dispensa do aluno acatólico do estudo sobre a religião. Já o Decreto de 19 de abril de 1879 instituiu a mais ampla liberdade para abrir escolas e cursos de todos os tipos e níveis, “salvo a inspeção necessária para garantir as condições de moralidade e higiene”, e todo cidadão poderia lecionar o que quisesse, sem passar por provas de capacidade. Em relação ao curso superior, seria trabalhado o “ensino livre”, com matrícula facultativa, em que poderiam ser admitidos a exames todos os que requeressem. Não seriam marcadas faltas aos alunos, nem eles seriam chamados a receberem lições e sabatinas. Sobre escolas primárias, estas teriam oito anos de duração e ficariam divididas em três graus: o elementar e o médio com dois anos de duração cada, e o superior com quatro (PERES, 2005).

Porém, a partir da década de 1870, eclodiram várias crises no país, como o início do



movimento republicano, os atritos entre o governo imperial com o Exército e com a Igreja e as iniciativas do imperador no sentido de abolir o sistema escravista, Isso provocou descontentamento entre os proprietários rurais. Todo esse quadro levou ao fim da monarquia (FIGUEIREDO, 2011), e, em 1889, foi proclamada a República no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o desenvolvimento do ensino no Brasil, as reformas educacionais apresentam, como traço marcante, a total extinção e alteração das antigas propostas de ensino por novas (SHIGUNOV NETO e MACIEL, 2008). Essas modificações sempre refletiram o interesse do Estado ou da classe social dominante, deixando de lado os interesses do povo, e, quando os interesses populares foram contemplados, é porque convergiram com os interesses do grupo social dominante vigente.

O ensino formal no Brasil tem seu início no período colonial com a vinda dos padres jesuítas, em um contexto histórico caracterizado pelo sistema escravista, famílias patriarcais e aristocráticas e dominação europeia sobre os nativos (CAMARGOS, 2018).

Analisando, inicialmente, a contribuição dos jesuítas para o ensino no Brasil durante o período colonial, é inegável que tiveram papel essencial na formação da estrutura social, produtiva e administrativa da sociedade que estava sendo construída. Pois o fenômeno educacional não é independente e autônomo da realidade social de determinado momento histórico. Logo, tinha coerência a proposta educacional jesuítica, pois vinha ao encontro de seus objetivos principais na Colônia: a conversão do índio à fé cristã e o trabalho educativo (SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2008).

Dentre as características do ensino praticado pelos jesuítas, comenta-se também, sobre a utilização de dois modelos distintos de ensino: o indígena, que tinha como base a escrita, a leitura e as operações matemáticas, e o dos filhos dos colonos, que era um ensino mais culto. A educação profissional elementar era destinada aos menos favorecidos. Já à elite era preparada para o trabalho intelectual seguindo um modelo religioso (CAMARGOS, 2018).

Essa situação mostra o princípio dual da educação brasileira desde sua criação, que perdura até hoje. Em que o ensino técnico profissionalizante é direcionado para formar os operários, ou seja, mão de obra barata. As universidades, geralmente, são frequentadas por



pessoas que têm condição de investir em educação e não precisam entrar no mercado de trabalho cedo.

A partir do momento em que o modelo educacional proposto pelos jesuítas não servia mais aos interesses do Estado, esse modelo foi substituído e os jesuítas foram expulsos do Brasil, ficando o ensino sob a responsabilidade do Estado. Assim, segundo Muler *et al.* (2016), a escola que servia à fé foi substituída por uma escola que servia ao Estado.

Nessa perspectiva, onde fica a escola que deveria servir ao povo? Primeiramente, serviu à fé e, depois, serviu ao estado. O ensino deveria servir para formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, pessoas capazes de atuar no mercado de trabalho, que entendam sua importância no contexto social e não permitam ser dominadas, manipuladas ou exploradas.

Um segundo momento histórico a ser analisado são as mudanças observadas na educação brasileira com a vinda da família real para o Brasil. Dentre elas, cita-se a criação de cursos superiores, necessários para o preparo do pessoal mais diversificado para dar suporte à família real aqui no Brasil. Como exemplo, para a defesa militar, foram criadas a Academia Real da Marinha e Academia Real Militar; também foi criada a Escola Politécnica (hoje Escola Nacional de Engenharia). Foram criados cursos superiores de cirurgia no Rio de Janeiro e na Bahia. Com isso, a estrutura de ensino passou a ocorrer em três níveis: o primário, que continuava sendo de nível de instrumentalização técnica (apenas ler e escrever); o secundário, que também permanece com a organização de aulas régias, e o superior, com finalidade profissionalizante (CAMARGOS, 2018).

Mais uma vez, na história da educação brasileira, observa-se que o objetivo principal é servir ao Estado e não ao povo, visto que todos os avanços educacionais ocorridos com a vinda da família real tiveram como principal objetivo criar condições logísticas para a sua permanência aqui no Brasil, pois, segundo Mendonça (2000), as instituições de ensino criadas por D. João VI resultaram da necessidade urgente de técnicos e estavam ligadas à preocupação com a defesa militar da colônia, tornada sede do governo português.

Em relação ao Primeiro Reinado, este foi marcado por crises políticas (SILVA, 2015). Entre as medidas tomadas por Dom Pedro I a respeito do ensino no Brasil, destaca-se a criação dos cursos jurídicos para suprir a falta de profissionais com conhecimento nessa área.



Até então, essa demanda era suprida pela Universidade de Coimbra, em Portugal (MENDONÇA, 2000).

Novamente, a história se repete, visto que o objetivo primeiro da criação dos cursos jurídicos no Brasil era suprir as necessidades do Estado. Os cursos jurídicos já poderiam ter sido criados no país, porém o contexto histórico era outro. Pois, o país se encontrava sob o domínio de Portugal e o objetivo de Portugal era manter o Brasil como seu dependente.

Além dessa medida, no primeiro reinado, o ensino foi estendido às mulheres e foi decretada a primeira lei geral do ensino, estabelecendo que as escolas de primeiras letras deveriam ser ofertadas em todos os lugares que apresentassem demanda (MULER *et al.*, 2016). Essas ações tornaram o ensino no Brasil um pouco mais democrático, avançando no que diz respeito ao entendimento da educação como um direito de todos e um dever do Estado.

Nesse sentido, segundo Peres (2005), com o advento da independência do Brasil e instauração da monarquia constitucional, sob influência de ideias liberais, a educação, anteriormente concebida como dever do súdito, passou a ser compreendida como um direito do cidadão e dever do Estado.

Dentre as medidas relativas ao ensino tomadas no período regencial, tem-se a criação da Lei de 11 de novembro de 1831. Esta lei objetivava a ampliação e democratização do ensino secundário, pois determinava que essa modalidade de ensino deveria ser ofertada na capital e nas vilas mais populosas. No entanto, devido a encargos decorrentes de uma centralização excessiva, o governo mostrou-se incapaz de cuidar da educação popular.

O Ato adicional de 12 de agosto de 1834, com o objetivo de organizar o ensino secundário, criou os Liceus Provinciais. Isso foi possível graças à reunião de disciplinas avulsas existentes nas capitais das províncias. Esse Ato também teve como objetivo descentralizar a educação popular, conferindo às Assembleias Legislativas Provinciais o direito de legislar sobre a instrução pública. No entanto, as províncias pouco puderam fazer a favor da instrução popular, pois não contavam com o amparo financeiro do governo central.

Outro problema encontrado foi a descontinuidade administrativa, visto que os Presidentes de Província, nomeados pelo Governo Central, sucediam-se rapidamente no poder. Consequentemente, as reformas provinciais do ensino acabaram ficando no papel



(PERES, 2005).

Notadamente, ao longo da história, muitas vezes, os projetos educacionais esbarram na falta de recursos financeiros e de investimentos direcionados à educação. Entretanto, segundo Vasconcelos *et al.* (2021), é atribuição do poder público fornecer meios para que as escolas tenham condições de exercer suas atividades com qualidade e para que todos os alunos tenham acesso a um ambiente favorável à aprendizagem, reduzindo, assim, as desigualdades no ensino (VASCONCELOS *et al.*, 2019).

Durante o segundo reinado, as reformas do Ministro Luiz Pereira do Couto Ferraz tiveram como objetivos organizar e uniformizar o ensino. Observa-se também seu interesse no sentido de ampliar a função dos estudos secundários, colocando-os na base de especializações técnicas. Contudo, segundo Peres (2005), no Império, devido às características econômicas, sociais e culturais da sociedade, o trabalho manual e mecânico era desvalorizado, sendo exercido por humildes artesãos e por escravos. Essa situação resultou em um número reduzido de alunos que procuravam essa modalidade de ensino.

As reformas propostas pelo então Ministro Carlos Leôncio de Carvalho ocorreram no final do século XIX, momento em que registros sobre a situação do ensino público evidenciaram a necessidade de intervenção do Estado. Nesse período, ocorriam modificações na sociedade brasileira de economia rural, iniciando-se um processo de industrialização e urbanização, o que levou a reformas e mudanças com vistas à sua modernização e progresso. Assim, princípios liberais influenciaram debates relacionados à educação, e o ensino livre tornou-se uma aspiração dos que eram a favor dos princípios liberais na política e na administração do país.

Dentre essas medidas, nenhuma causou mais polêmica do que a liberdade de ensino e de frequência. De acordo com esse sistema, as instituições escolares deveriam ser rígidas no controle dos exames, o que implicava uma nova organização de cursos, por matérias e não por anos, em que os alunos escolheriam as matérias e o tempo para cumprir determinadas séries. Para o Ministro Leôncio de Carvalho, a prosperidade dos Estados Unidos e de países europeus devia-se, também, ao princípio de liberdade de ensino. Ele acreditava que tal princípio traria benefícios à sociedade brasileira. Entretanto, ocorreram relatos a respeito da falta de rigor na realização de exames nas províncias, o que impossibilitaria bons resultados



pela frequência livre (MELO; MACHADO, 2009).

Por várias vezes, durante o desenvolvimento do ensino no Brasil, observam-se situações como essa, em que se procura utilizar modelos educacionais que deram certo em outros países, com contextos diferentes do nosso. Esse tipo de prática não pode dar certo. Cada situação e cada contexto devem ser minuciosamente analisados e, a partir dessa análise, é que devem ser elaborados modelos que possam se ajustar às realidades vivenciadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o percurso da leitura, concordamos com Shigunov Neto e Maciel (2008) ao afirmarem que a organização escolar, fundada pelos padres jesuítas no Brasil, foi apropriada para o momento histórico vivenciado. Levou-se em consideração os objetivos do projeto português para o Brasil, o projeto educacional jesuítico, a própria estrutura social brasileira da época e o modelo de homem necessário para a época colonial.

Os problemas na educação vêm se perpetuando ao longo dos anos, e todas as modificações observadas no sistema educacional tiveram como objetivo principal atender às necessidades do Estado e estavam relacionadas ao momento histórico vivido no país.

Devido à relevância do estudo sobre o desenvolvimento do ensino no Brasil, acha-se necessária a ocorrência de pesquisas mais aprofundadas sobre o assunto. Pois, só a partir desse conhecimento, pode-se entender os erros cometidos durante esse processo e propor soluções para as questões envolvendo os problemas educacionais no país.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. S. Esboço sobre o surgimento, as características e a implantação do método Monitorial/Mútuo no Brasil do século XIX. **Cadernos da Pedagogia**, v. 4, n. 7, 2010.

ASSIS FILHO, J. F. A vinda da família real portuguesa para o Brasil e suas consequências. **Revista do Clube Naval**, v. 1, n. 401, p. 10-15, 2022.

CAMARGOS, A. Educação no Brasil: Da Colônia ao Início da República. **Revista Brasileira de Educação e Cultura**, n. 17, pp. 129-139, 2018.

FÁVERO, L. L. Heranças - a educação no Brasil colônia. **Revista da ANPOLL**, v. 1, n. 8, 2000.



FIGUEIREDO, M. et al. Transição do Brasil Império à República Velha. **Araucária**, v. 13, n. 26, 2011.

MELO, C. S.; MACHADO, M. C. G. Notas para a história da educação: considerações acerca do Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, de autoria de Carlos Leôncio de Carvalho. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 9, n. 34, p. 294-305, 2009.

MENDONÇA, A. W. P. C. A universidade no Brasil. **Revista brasileira de educação**, n. 14, p. 131-150, 2000.

MORAIS, R. A. A escola de primeiras letras no Brasil Império (1822-1889): precariedade e exclusão. **Plures Humanidades**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 2, p. 127-142, 2017.

MULER, D. F. P. *et al.* LINHA DO TEMPO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA. **Mostra Interativa da Produção Estudantil em Educação Científica e Tecnológica**, 2016.

PERES, T. R. Educação brasileira no Império. In: PALMA FILHO, J. C. (Org.). **Pedagogia cidadã: cadernos de formação: história da educação**. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2005, p. 29-47.

SANTOS, C. A. C. **Escrevendo a história do futuro: a leitura do passado no processo de independência do Brasil**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista brasileira de educação**, v. 14, p. 143-155, 2009.

SHIGUNOV NETO, A.; MACIEL, L. S. B. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. **Educar em revista**, p. 169-189, 2008.

SILVA, I. O. **A outra face da moeda: a construção da imagem de Dom Pedro II nas moedas do império**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte., 2015.

VASCONCELOS, J. C. *et al.* Infraestrutura escolar e investimentos públicos em Educação no Brasil: a importância para o desempenho educacional. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 29, n. 113, p. 874-898, 2021.

